

Caro(a) aluno(a),

Neste Caderno você terá a oportunidade de ampliar seu repertório intelectual a partir da compreensão de diferentes fenômenos humanos abordados pela reflexão filosófica.

As diferentes perspectivas dos filósofos apresentados nas Situações de Aprendizagem têm o objetivo de expandir o panorama do cotidiano, ampliando o entendimento sobre os eventos que nos cercam.

Os temas apresentados estão vinculados à tradição filosófica, a partir de uma criteriosa seleção de textos que permitirão um novo olhar sobre o Estado, as leis e as formas de produção e reprodução da vida material, bem como sobre as ideias que temos sobre as coisas e os valores que guiam as nossas vidas.

Dessa forma, você terá a oportunidade de refletir sobre as diferentes maneiras de pensar, de agir e de sentir em relação à vida política e social. Nesse estágio você entrará em contato com pensadores como Platão, Hobbes, Montesquieu e Marx, além de outros que o seu professor poderá julgar importantes para apoiar a reflexão e as discussões sobre essa temática que contribui para o melhor entendimento da vida política.

A diversidade dos assuntos abordados neste Caderno atende à necessidade comum de ler, interpretar e dar significado ao mundo que nos rodeia. É nesse mundo rico de possibilidades que devemos aprender a viver e a conviver cotidianamente.

Bom trabalho!

Equipe Técnica de Filosofia
Área de Ciências Humanas
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo





SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 O ESTADO

Para começo de conversa

O conceito de Estado é analisado por diversos filósofos ao longo da história da Filosofia e, antes de entrarmos em contato com suas concepções, é importante que você considere o entendimento desse conceito, construído a partir de seu cotidiano. Em nossa sociedade, o contato mais imediato que mantemos com o Estado ocorre por meio do relacionamento com agentes especiais identificados como funcionários públicos.

1. Você já foi atendido ou presenciou o atendimento de alguém da família ou de seu grupo de amigos por um funcionário público? Como foi esse atendimento?

2. A escola é um espaço no qual você e os colegas relacionam-se diariamente com funcionários públicos. Indique quais são esses funcionários e o que pode ser aprimorado nesse relacionamento.



Leitura e Análise de Texto

De forma resumida, podemos dizer que a sociedade grega do século IV a.C., em que Platão vivia, era dividida entre homens livres proprietários de terras, homens livres artesãos e sem propriedades agrícolas e escravos (pessoas que, por não terem como pagar suas dívidas, acabavam se tornando escravas de seus credores, ou estrangeiros derrotados nas guerras que, tendo

suas vidas poupadas pelos vencedores, entregavam-nas a eles). A principal determinação das condições sociais provinha da relação com a propriedade de terras no momento do nascimento. Os proprietários de terra eram considerados livres e cidadãos, isto é, com direitos políticos.

Na Grécia Antiga¹, havia uma concepção de democracia específica e que apresentava algumas diferenças em relação à concepção que conhecemos no século XXI. Democracia significava o poder do povo, tal como entendemos hoje, porém, na Antiguidade Grega, constituíam o povo apenas os proprietários de terra e os grandes comerciantes em algumas cidades-Estado. E foi contra isso que Platão dirigiu seu pensamento, propondo repensar a política de forma que o poder não fosse dado pelo nascimento e que, em vez da corrupção, fosse praticada a justiça.

Para Platão, assim como o homem tem uma alma dividida em três partes, a cidade também deveria ser tripartida, conforme funções bem definidas, para as quais os indivíduos fossem escolhidos pelas suas capacidades, surgidas no processo de educação. Segundo o filósofo, as três partes da alma eram as seguintes:

1. **Parte racional:** responsável pelo uso da razão dos homens.
2. **Partes irracionais:**
 - a) **irascível:** responsável pelos impulsos e afetos.
 - b) **concupiscente:** responsável pelas necessidades básicas.

Comparando a alma à cidade, Platão produziu um pensamento organicista, isto é, procurou entender a política e a sociedade como se fossem organismos vivos. Quanto às funções específicas de cada parte da alma e sua equivalência com a organização da cidade, é possível apresentá-las de forma esquematizada:

Partes da alma	Função	Classes da cidade	Função
Racional	Responsável pelo uso da razão.	Magistrados e governantes.	Responsáveis por governar com sabedoria.
Irracional/irascível	Responsável pelos impulsos e afetos.	Guerreiros.	Responsáveis por proteger a cidade com fortaleza.
Irracional/concupiscente	Responsável pelas necessidades básicas.	Artesãos, agricultores e comerciantes.	Responsáveis por prover as necessidades da cidade com temperança.

As classes sociais irracionais, ainda que constituíssem a maioria da população, deveriam submeter-se à classe social racional, o menor grupo. Nesse sentido, tornava-se imperativo rejeitar a vontade individual por um bem maior, de natureza política. O Estado, então,

seria o responsável para que tudo ocorresse de maneira saudável, respondendo pela organização da sociedade.

Os magistrados (juízes) e os governantes seriam escolhidos para esses cargos segundo sua capacidade racional e sua sabedoria. Os guerreiros seriam encontrados entre os que tinham coragem e força. Finalmente, os trabalhadores gerais estariam entre as pessoas temperantes, isto é, moderadas, que refreiam os próprios desejos.

Cada classe seria constituída por meio da educação e não mais – como se fazia na prática – pelo nascimento. Platão observou que os ricos se mantinham ricos e poderosos, pois podiam pagar pela educação oferecida pelos sofistas – filósofos que prestavam serviços remunerados como professores – para parecerem sábios e conseguirem seus altos cargos, independentemente de serem sábios ou não.

¹ A Grécia Antiga constituiu-se por cidades-Estado autogovernadas e autônomas. Nem todas instauraram a democracia nesse período, Atenas destacou-se pelo desenvolvimento da democracia, entretanto, cidades como Esparta não se organizavam democraticamente.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Qual é a diferença entre o conceito de democracia presente à época de Platão e o conceito presente hoje, no século XXI?

2. Qual é o papel da propriedade de terras e bens materiais para o tipo de Estado que se organiza na Grécia à época de Platão?

3. Quem deveria governar a cidade, segundo Platão? Por quê?



PESQUISA INDIVIDUAL

A partir das reflexões sobre o Estado na Grécia Antiga, vamos pesquisar o funcionamento do Estado em nosso município.

Orientações para a pesquisa

Tema: Funcionamento do Estado no município de...

Período: momento atual.

Fontes de informação: jornais *online* ou impressos; revistas sobre a realidade municipal atual; *sites* com dados sobre municípios brasileiros como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 8 mar. 2010.) ou como a Agência Brasil (disponível em: <<http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 8 mar. 2010.) nos quais você pode encontrar diversas informações sobre a realidade dos municípios brasileiros. Você poderá entrevistar professores ou demais moradores que ajudem a responder as perguntas desta pesquisa.

Perguntas que orientam a pesquisa:

1. Como se dá a participação do Estado em nosso município?
2. Quais são os principais desafios do nosso município?
3. Como os cidadãos participam das soluções relativas a esses desafios?
4. Como a escola prepara os estudantes para compreender e colaborar com propostas para enfrentamento dos desafios citados?

Registre em folha avulsa suas descobertas.

Reflexão em grupo

Para Platão, a educação seria responsável por fornecer à cidade os melhores funcionários, evitando-se, assim, a corrupção. Os governantes estariam a serviço de todos, os soldados defenderiam as pessoas e todos trabalhariam com honestidade e qualidade.

Retome as anotações das aulas, a pesquisa individual e converse com seus colegas sobre a questão a seguir. Mesmo que vocês elaborem apenas uma resposta para cada grupo, é importante que cada um dos participantes do grupo registre sua resposta individualmente neste Caderno.

1. Qual é o desempenho da educação em nossa cidade? Ela é capaz de oferecer à sociedade pessoas críticas e preparadas para o exercício democrático?

2. A partir de consulta à dicionários para definir o conceito de sabedoria, tome como base esta definição e responda: Nossos governantes são sábios? Por quê?



Leitura e Análise de Texto

Leia com atenção os dois textos baseados em Thomas Hobbes, que se seguem, e responda às questões sobre as condições para que um Estado promova a paz entre os homens.

O pacto social

Para Hobbes, existem dois bens fundamentais: o primeiro consiste na vida e sua conservação, e o segundo afirma que todos os valores são convencionais, isto é, não existem valores naturais; tudo é convenção social.

Da conservação da vida deriva uma coluna central: o egoísmo; e da ideia de que não há valores naturais cria-se a segunda coluna: tudo pode ser convencionalizado. São essas duas colunas que sustentam toda a política.

Diferentemente dos animais, os homens determinam o que pertence a cada indivíduo, experimentam ciúme, ódio, inveja e toda espécie de rivalidade. Além disso, observam os defeitos dos outros, usam palavras, criticam-se uns aos outros e, para chegar a algum consenso, precisam inventar normas.

Por causa do egoísmo, todos os homens lutam entre si, ou – conforme a máxima que Hobbes extraiu de Plauto – “o homem é o lobo do homem”. Essa citação indica a ideia de que, na natureza, os seres humanos estão sempre em guerra com eles mesmos. No entanto, se os homens vivem em guerra constante, cada um vive ameaçado permanentemente.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Como evitar a guerra de todos contra todos?

Para Hobbes, a guerra de todos contra todos, além de pôr em risco o bem primário da vida, destrói tudo o que o homem constrói. A solução dada pelo filósofo consiste no uso de alguns instintos, para evitar a guerra, e da razão, como instrumento para realizar a vida. Pelo uso da razão, é possível descobrir as leis gerais para proteger a vida, a chamada Lei de Natureza.

“Hobbes enumerou 19 leis naturais. Essas leis são consideradas naturais porque derivam do uso direto da razão. As três primeiras são centrais, e podem ser assim resumidas:

1. Todos devem se esforçar pela paz.
2. Renunciar ao direito de fazer tudo o que se quiser, para fazer apenas aquilo que se quer que os outros nos façam.
3. Manter os acordos feitos; essa é a verdadeira justiça.

As outras leis derivam dessas três primeiras, correspondendo, resumidamente, ao seguinte:

4. Retribuir todo o bem que fazem a você; essa é a verdadeira gratidão.
5. Adaptar-se aos outros é a única forma de construir a paz; cada um é um tijolo nessa construção.
6. Perdoar os arrependidos, porque o perdão é a garantia da paz.
7. Quando alguém faz um mal, a punição deve ser pensada em vista do futuro, e não apenas como vingança por algo que aconteceu no passado.
8. Não declarar ou demonstrar seu ódio ou desprezo pelo outros, porque todos são iguais.
9. Reconhecer a igualdade dos outros.
10. Os direitos a que cada um aspira devem ser concedidos aos outros. Afinal, quem quer ter menos direitos?
11. Quando necessitar julgar algum assunto, trate todas as partes com igualdade.
12. As coisas em comum devem ser usadas igualmente.
13. O que não pode ser dividido deve ser sorteado.
14. Os primogênitos têm o privilégio sobre as coisas que não podem ser divididas.
15. Quem media [sic] a paz não pode ser preso ou subjugado (salvo-conduto).
16. Em caso de conflito, procure um juiz.
17. Ninguém pode ser juiz em causa própria.
18. Ninguém pode ser juiz quando seus interesses estão em jogo.
19. O juiz deve ouvir o maior número possível de testemunhas.”

Resumo dos capítulos XIV e XV de: HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

Observe no segundo texto desta atividade, a caracterização do autor sobre o poder soberano.

O poder soberano

“A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. O que equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. Isto é mais do que consentimento, ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só e mesma pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens, de um modo que é como se cada homem dissesse a cada homem: *Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.* Feito isto, a multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e pela ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: *Uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum.*

Aquele que é portador dessa pessoa se chama soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. Este poder soberano pode ser adquirido de duas maneiras. Uma delas é a sarça natural, como quando um homem obriga seus filhos a submeterem-se, e a submeterem seus próprios filhos, a sua autoridade, na medida em que é capaz de destruí-los em caso de recusa. Ou como quando um homem sujeita através da guerra seus inimigos a sua vontade, concedendo-lhes a vida com essa condição. A outra é quando os homens concordam entre si em submeterem-se a um homem, ou a uma assembleia de homens, voluntariamente, com a esperança de serem protegidos por ele contra todos os outros. Este último pode ser chamado um Estado Político, ou um Estado por *instituição*. Ao primeiro pode chamar-se um Estado *por aquisição*. Vou em primeiro lugar referir-me ao Estado por instituição [...].”

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução João P. Monteiro e Maria B. N. da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Cap. XVII. (Os Pensadores).

Considerando os argumentos apresentados por Hobbes no texto *O poder soberano*, responda:

1. Por que o poder soberano pode manter a paz, segundo o pensamento de Hobbes?

2. Observando os Estados tais como se apresentam no mundo contemporâneo, qual é a eficácia deles para manter a paz?



VOCÊ APRENDEU?



1. Platão propõe uma reflexão política organicista, isto é, compara a sociedade a um organismo. Para ele, as pessoas deveriam executar funções segundo suas capacidades, para evitar a corrupção. Explique essas funções, relacionando-as às virtudes correspondentes.

2. Escreva um texto, em folha avulsa, sobre a relação entre pacto social e Estado, segundo Hobbes.
3. Em folha avulsa, apresente três motivos pelos quais o homem pode precisar do Estado para obter paz na sociedade. Justifique sua resposta.

4. Nas frases a seguir, escreva P para aquelas que se aproximam do pensamento de Platão e H para as que se aproximam do pensamento de Hobbes.
- O homem é o lobo do homem, porque todos eles vivem em guerra contra os outros. Todos querem tirar vantagem de todos.
 - A cidade é como a alma; para cada função há uma virtude. Quando as pessoas não cumprem o seu papel social, a cidade não consegue realizar o seu objetivo, a felicidade de todos.
 - O objetivo do Estado é o bem de todos. Ou seja, se o governo não consegue fazer o bem para todos, ele é corrupto. O primeiro sinal de corrupção, ou seja, da falta da vivência da virtude, é a injustiça social.
 - O objetivo do Estado é a paz, porque os seres humanos por si só não conseguem alcançá-la, vivem em constante luta pelos interesses mesquinhos e egoístas.
 - O pacto social é garantido pelo Estado para que todos vivam em igualdade sob as mesmas leis.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2 O ESTADO, OS PODERES E AS LEIS

A garantia de que os nossos governantes agirão com justiça e de que cumprirão com as promessas de campanha é o grande desafio das democracias contemporâneas. Para iniciar essa reflexão, vamos realizar a leitura do texto a seguir e responder às questões indicadas após o texto.



Leitura e Análise de Texto

As leis

Muitos filósofos já refletiram sobre a origem da política. Por exemplo, como alguns consideraram que havia um estado de guerra universal, em que todos lutavam contra todos, instintiva e racionalmente (Thomas Hobbes e John Locke), os homens fizeram um pacto e elegeram um soberano (monarquia) ou uma assembleia (aristocracia) para defender a manutenção desse contrato social.

Diferentemente de autores como Hobbes e Locke, Montesquieu preferiu pensar a vida política inspirado na ciência. Para ele, não havia uma lei universal, a não ser a razão, por meio da qual cada povo cria leis e normas, segundo suas necessidades.

Em geral, ao longo da história, os povos estabeleceram três tipos de governo: o republicano, o monárquico e o despótico. Os governos se diferenciam em sua concepção,

segundo a distribuição de poder ou soberania. O poder soberano, em uma república, é dividido entre todos, ou entre uma parte da sociedade. Nas monarquias, o poder está concentrado em uma única pessoa, que obedece a leis imutáveis. Sob o despotismo, o poder soberano está em uma só pessoa, que obedece apenas à sua própria vontade.

Cada um desses modelos de governo traz um princípio ético que lhe é essencial. Como é preciso escolher os representantes, em uma república o fundamental é a virtude, isto é, quanto mais qualidades melhor. Em uma monarquia é necessária a honra do monarca. O medo, por sua vez, constitui o princípio do despotismo; sem provocá-lo, não há como governar.

Observe o quadro:

Tipos de governo	A quem pertence a soberania	Princípio
Republicano	O poder soberano é dividido entre todos, ou entre uma parte da sociedade.	Virtude
Monárquico	O poder soberano está em uma só pessoa, que obedece a leis imutáveis.	Honra
Despótico	O poder soberano está em uma só pessoa, que obedece apenas à sua própria vontade.	Medo

No governo republicano, a virtude é fundamental, uma vez que ela elimina a corrupção proveniente das ambições pessoais. Sem a virtude, os que estão no poder retirarão do Estado todos os benefícios possíveis para si, e assim deixarão o Estado incapaz de cumprir sua missão de dar uma vida digna aos cidadãos.

O benefício usurpado pelas autoridades significa menos saúde, menos educação e menos justiça para as pessoas mais pobres. Por isso, é fundamental que as autoridades sejam escolhidas por suas capacidades e pela vontade de cuidar do Estado, para que o Estado assuma responsabilidades por meio de políticas públicas capazes de cuidar das pessoas. Isso não significa a aparência de virtude, mas a virtude provada historicamente.

Além das formas de governo no Estado, há três poderes, segundo Montesquieu: o poder de legislar, o poder de executar e o poder de julgar. Em cada sociedade, esses três poderes são destinados a determinadas pessoas: no caso de um governo monárquico, cabe ao rei julgar e executar e ao parlamento legislar; quando se trata de um governo despótico, os três poderes estão concentrados nas mãos do tirano; em um governo republicano, cabe à aristocracia ou ao povo dividir os poderes e eleger para quem irá a atribuição de cada um deles.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Como é possível a fiscalização das ações dos governantes por parte dos cidadãos para que os representantes do povo atuem segundo a justiça?

2. Como é possível a observação dos bastidores da administração pública e quem deveria realizar essa observação?

Seminário: Os poderes no Brasil

Preparo de seminário

Um seminário é uma atividade na qual os estudantes preparam um assunto que será apresentado aos colegas de forma colaborativa. Sua elaboração inicia-se com alguma pesquisa em casa, individual ou em grupo. Em um seminário, é interessante também destacar questões para problematizar as informações apresentadas, provocando a reflexão dos ouvintes.

O objetivo deste seminário é construir uma análise sobre os poderes no Brasil: Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo. Seu grupo receberá um dos textos apresentados a seguir para elaborar o seminário.

As anotações de aula e os textos a seguir ajudarão você, junto com seu grupo, a preparar uma apresentação sobre o tema em questão, por meio da elaboração dos seguintes materiais:

- um cartaz com um resumo de um dos textos a seguir;
- uma pequena explicação do texto, elaborada para os colegas de outros grupos;
- recortes de notícias a respeito da instituição analisada;
- uma análise crítica de uma das instituições: Supremo Tribunal Federal; Presidência da República ou Câmara dos Deputados, considerando suas funções e, principalmente, o que podemos fazer para melhorá-las.

Texto 1 (Grupo 1)

Supremo Tribunal Federal

“O Supremo Tribunal Federal é a última instância do Poder Judiciário brasileiro. Ele é composto por 11 ministros (juízes) escolhidos pelo Presidente da República entre brasileiros natos que tenham mais de 35 e menos 65 anos de idade. Os ministros do STF, após serem escolhidos pelo Presidente da República, passam pela aprovação do Senado Federal e, depois de empossados no cargo, desempenham suas funções até os 70 anos de idade.

O Presidente do STF é eleito entre os próprios ministros da Corte para um mandato de dois anos. Além de chefiar o Poder Judiciário nacional ele, geralmente, também é indicado pela Corte para presidir o Conselho Nacional de Justiça.

A principal atribuição do Supremo Tribunal Federal é a de guardião da Constituição Federal. Isso quer dizer que a Suprema Corte é a última trincheira do cidadão na busca da preservação de seus direitos e garantias previstos no texto constitucional, tais como: Direito à vida, saúde, liberdade, intimidade; políticos (votar e ser votado nas eleições) e sociais (trabalho, educação e segurança).

Para tanto, cabe à Suprema Corte analisar se as leis e normas – produzidas pelo Congresso Nacional e pelo Presidente da República, ou ainda pelos Governadores ou Assembleias estaduais – estão de acordo com a Constituição Federal ou se devem ser revogadas por contrariá-la.

Além de verificar a constitucionalidade das leis, o STF também é responsável pelo julgamento do Presidente da República e do Vice, dos Senadores e Deputados Federais, dos Ministros de Estado e outras autoridades, descritas na Constituição Federal, quando cometerem algum crime previsto nas leis penais.

Compete ainda ao Supremo analisar os pedidos feitos por outros países para que o governo brasileiro entregue estrangeiros que cometeram crimes no exterior, para que sejam processados e cumpram a pena no local do crime. As ações que envolvem o Brasil e outros países também são julgadas pelo STF, bem como as ações entre um Estado brasileiro e outro (exemplo: São Paulo × Paraná) ou entre um Estado e o governo federal (São Paulo × União).

O STF também pode analisar, através de recurso, causas que tiveram o julgamento iniciado na primeira instância e que acabam chegando à Suprema Corte (última instância). Entretanto, para que o Supremo analise um recurso ele deve tratar de um tema que possua grande relevância social, econômica, política ou jurídica.

O prédio do Supremo Tribunal Federal, sede do Poder Judiciário brasileiro, localiza-se em Brasília – DF, na Praça dos Três Poderes, tendo à frente o Palácio do Planalto, sede do governo federal e, à sua esquerda, o Congresso Nacional, representando o Poder Legislativo.”

Texto elaborado pela Coordenadoria de Imprensa do Supremo Tribunal Federal. Mais informações disponíveis em: Constituição: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. STF: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: 31 mar. 2010.

Texto 2 (Grupo 2)

Presidência da República

Atribuições

“Somente brasileiros natos e com idade mínima de 35 anos podem ocupar a Presidência da República. Além disso, precisam ser escolhidos, democraticamente, por meio de eleições diretas, conseguindo a maioria absoluta dos votos. A duração do mandato é de quatro anos, com uma única possibilidade de recondução, e início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Ao tomar posse no comando do Poder Executivo Federal, um dos Três Poderes do Estado, o Presidente se compromete a manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Embora, conceitualmente, o Poder Executivo faça executar as leis elaboradas pelo Poder Legislativo, o Presidente da República pode iniciar o processo legislativo. A Constituição permite que adote medidas provisórias em caso de relevância e urgência, proponha emendas à Constituição, projetos de leis complementares e ordinárias ou, ainda, leis delegadas. Da mesma forma que lhe atribui o direito de rejeitar ou sancionar matérias já aprovadas pelo Legislativo. [...]

São atribuições do Presidente da República, ainda, decretar intervenção federal nos Estados, o estado de defesa e o estado de sítio; manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos; celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional. Compete ao cargo, também, a concessão de indulto e a comutação de penas, ou seja, substituir uma pena mais grave, imposta ao réu, por outra mais branda.”

Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/presidente/atribuicoes>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Texto 3 (Grupo 3)

Câmara dos Deputados

O papel da Câmara dos Deputados

“O Poder Legislativo cumpre papel imprescindível perante a sociedade do país, visto que desempenha três funções primordiais para a consolidação da democracia: representar

o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto, a Câmara dos Deputados, autêntica representante do povo brasileiro, exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos.

Assim, a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, o que resulta em um Parlamento com diversidade de ideias, revelando-se uma Casa legislativa plural, a serviço da sociedade brasileira.”

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Como nascem as leis

“A elaboração de leis é fruto de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos de que se servem os parlamentares em sua função de legislar e fiscalizar. Esse trâmite de ações é denominado processo legislativo. [...]

O processo legislativo tem início por meio da apresentação das seguintes proposições: projeto de lei, projeto de resolução, projeto de decreto legislativo, medida provisória e proposta de emenda à Constituição.

A iniciativa das leis pode ser dos parlamentares, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República e de grupos organizados da sociedade. [...]

Após a votação do Congresso Nacional, há ainda a deliberação executiva. Isto é, o Presidente da República pode sancionar (aprovar) ou vetar (recusar) a proposição. No primeiro caso, o projeto torna-se lei. Em caso de veto, as razões que o fundamentam são encaminhadas ao Congresso Nacional, que mantém ou rejeita o veto.

Se o projeto for sancionado, o Presidente da República tem o prazo de 48 horas para ordenar a publicação da lei no Diário Oficial da União.”

Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/conheca/comonascemasleis.html>>. Acesso em: 11 jan. 2010.



LIÇÃO DE CASA



Leitura e Análise de Texto

Do espírito de igualdade extrema

“Assim como o céu está afastado da terra, o verdadeiro espírito de igualdade o está do espírito de igualdade extrema. O primeiro não consiste em fazer de maneira que todos comandem ou ninguém seja governado; mas em obedecer e comandar seus iguais. Não procura ter senhores, mas apenas ter seus iguais por senhores.

No estado natural, os homens nascem numa verdadeira igualdade, mas não podem permanecer nela. A sociedade faz com que a percam e apenas retornem à igualdade pelas leis.

Tal a diferença entre a democracia regulamentada e a que não o é, que, na primeira, só se é igual enquanto cidadão, e que, na outra, se é igual enquanto magistrado, senador, juiz, pai, marido e senhor.

O lugar natural da virtude é junto à liberdade; mas ela não se encontra mais perto da liberdade extrema do que da servidão.”

MONTESQUIEU, Charles-Louis. *O espírito das leis*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1987.

1. O que quer dizer a afirmação: “A igualdade depende das leis”?

2. Como podemos explicar que a liberdade extrema está próxima da servidão?



VOCÊ APRENDEU?



1. Escreva sobre a relação entre lei e liberdade, segundo Montesquieu. Cite exemplos.

2. Segundo Montesquieu, no governo republicano as autoridades devem ser escolhidas pela:
 - a) honra, afinal, devem proceder de famílias ricas e tradicionais, pois essas famílias têm mais honra do que as outras;
 - b) virtude, afinal, se a pessoa não é justa, não conseguirá ser uma boa autoridade; ao contrário, usará do que é de todos somente para si mesma;
 - c) aparência, afinal, trata-se de eleições, por isso candidatos a cargos públicos devem ter boa aparência e fazer propaganda política cara;
 - d) inteligência, afinal, é fundamental que as autoridades sejam inteligentes; só assim elas poderão resolver os problemas das pessoas. Mas se elas não forem virtuosas, com o uso de sua astúcia, poderão aproveitar para si o que é de todos, sem que ninguém saiba;
 - e) capacidade de manter a ordem, afinal, o importante é que todos sejam reprimidos. Ninguém deve viver em uma situação de liberdade que não seja aprovada pelas autoridades.

3. Uma das definições de corrupção é o uso dos bens públicos em benefício particular. Segundo as características dos Três Poderes, assinale os tipos de corrupção a partir da seguinte legenda: CJ – corrupção no Poder Judiciário; CL – corrupção no Poder Legislativo; CE – corrupção no Poder Executivo; ou V para sinais de virtude.
 - a) () O prefeito notificou a um amigo empresário o valor de que dispunha a prefeitura para pagar por uma obra, passando-lhe dados sobre os orçamentos dos demais participantes da licitação. Graças a essa informação, o empresário ganhou a concorrência pública e ofereceu um presente ao prefeito.
 - b) () O deputado denunciou a exploração de adolescentes na realização de trabalhos precários em um programa de estágio de uma determinada organização. Com isso, os adolescentes não perderam o estágio e a organização foi obrigada a contratar trabalhadores com todos os direitos legais.
 - c) () Um juiz retirou do fórum o valor de 1 real por morador da cidade para construir uma casa para seu uso particular e leitura de processos.

- d) () Dois vereadores propuseram à Câmara Municipal um projeto de lei municipal para isentar de taxas e impostos municipais uma área da cidade em que suas famílias têm propriedades.
- e) () O prefeito utilizou o dinheiro da propaganda da prefeitura para construir casas para moradores que habitavam imóveis em condições precárias.
4. Com base neste texto de Montesquieu, “No estado natural, os homens nascem numa verdadeira igualdade, mas não podem permanecer nela. A sociedade faz com que a percam e apenas retornam à igualdade pelas leis”, assinale as alternativas que são correspondentes às ideias nele contidas.
- a) Os homens nascem iguais, mas a sociedade faz com que surjam as diferenças.
- b) Só as leis podem fazer os homens se tornarem iguais.
- c) As leis aprisionam os homens; é preciso fazer menos leis para que sejamos mais naturais.
- d) Não há diferença entre Estado político e Estado natural.
- e) De nada servem as leis para a liberdade.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3 DOIS MODELOS DE ESTADO: LIBERAL E ANARQUISTA

Para estudar os temas desta Situação de Aprendizagem, vamos começar por pensar em direitos e igualdade de direitos. Responda:

1. Quais são os direitos que os seres humanos têm pelo simples fato de nascerem?

2. Se todos os seres humanos nascem iguais, por que há tanta desigualdade entre eles?

Atividade em grupo

Sob orientação de seu professor, você desenvolverá uma atividade sobre formas participativas de resolução de problemas sociais. O grupo vai considerar um problema social, que será apresentado pelo professor, para analisar e propor uma solução. Esta atividade será realizada em 5 etapas:

1ª etapa: organização dos grupos;

2ª etapa: discussão e elaboração de proposta para solução do problema em questão;

3ª etapa: indicação de um representante para defender a proposta junto aos representantes dos outros grupos;

4ª etapa: o grupo formado pelos representantes analisará todas as propostas elaboradas e selecionará a que considerar melhor para resolver efetivamente o problema social analisado. O debate do grupo de representantes será assistido por todos os alunos. Terá, pois, um caráter público;

5ª etapa: após a atividade os alunos devem responder as questões a seguir.

1. Quais foram as dificuldades desse modelo de participação que foi vivenciado por você e seus colegas?

2. Esse modelo de representação é suficiente para garantir que os projetos de cada grupo possam ser defendidos e viabilizados?

3. Como esse modelo poderia ser aperfeiçoado?



LIÇÃO DE CASA



O anarquismo é uma teoria política que desenvolve uma rigorosa crítica ao Estado em geral e ao Estado burguês em especial.

Pesquise o anarquismo e registre, em folha avulsa, o nome de seus autores principais e um resumo com as ideias centrais dessa teoria. Não se esqueça de indicar as fontes de sua pesquisa, citando livros ou *sites* nos quais encontrou informações sobre o anarquismo.

Responda ainda, a partir de sua pesquisa: Como o anarquismo resolveria problemas nacionais, uma vez que essa teoria questiona o poder centralizado e defende a autonomia e descentralização do poder para incluir todos os indivíduos em decisões de seu interesse?



Leitura e Análise de Texto

Autoridade

“Decorre daí que rejeito toda autoridade? Longe de mim este pensamento. Quando se trata de botas, apelo para a autoridade dos sapateiros; se se trata de uma casa, de um canal ou de uma ferrovia, consulto a do arquiteto ou a do engenheiro. Por tal ciência especial, dirijo-me a este ou àquele cientista. Mas não deixo que me imponham nem o sapateiro, nem o arquiteto, nem o cientista. Eu os aceito livremente e com todo o respeito que me merecem sua inteligência, seu caráter, seu saber, reservando, todavia, meu direito incontestável de crítica e de controle. Não me contento em consultar uma única autoridade especialista, consulto várias; comparo suas opiniões, e escolho aquela que me parece a mais justa. Mas não reconheço nenhuma autoridade infalível, mesmo nas questões especiais; conseqüentemente, qualquer que seja o respeito que eu possa ter pela humanidade e pela sinceridade deste ou daquele indivíduo, não tenho fé absoluta em ninguém. Tal fé seria fatal à minha razão, à minha liberdade e ao próprio sucesso de minhas ações; ela me transformaria imediatamente num escravo estúpido, num instrumento da vontade e dos interesses de outrem. [...]

Inclino-me diante da autoridade dos homens especiais porque ela me é imposta por minha própria razão. Tenho consciência de só poder abraçar, em todos os seus detalhes e seus desenvolvimentos positivos, uma parte muito pequena da ciência humana. A maior

inteligência não bastaria para abraçar tudo. Daí resulta, tanto para a ciência quanto para a indústria, a necessidade da divisão e da associação do trabalho. Recebo e dou, tal é a vida humana. Cada um é dirigente e cada um é dirigido por sua vez. Assim, não há nenhuma autoridade fixa e constante, mas uma troca contínua de autoridade e de subordinação mútuas, passageiras e sobretudo voluntárias.

Esta mesma razão me proíbe, pois, de reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal, porque não há homem universal, homem que seja capaz de aplicar sua inteligência, nesta riqueza de detalhes sem a qual a aplicação da ciência à vida não é absolutamente possível, a todas as ciências, a todos os ramos da atividade social. E, se uma tal universalidade pudesse ser realizada em um único homem, e se ele quisesse se aproveitar disso para nos impor sua autoridade, seria preciso expulsar esse homem da sociedade, visto que sua autoridade reduziria inevitavelmente todos os outros à escravidão e à imbecilidade. Não penso que a sociedade deva maltratar os gênios como ela o fez até o presente momento; mas também não acho que os deva adular demais, nem lhes conceder quaisquer privilégios ou direitos exclusivos; e isto por três razões: inicialmente porque aconteceria com frequência de ela tomar um charlatão por um gênio; em seguida porque, graças a este sistema de privilégios, ela poderia transformar um verdadeiro gênio num charlatão, desmoralizá-lo, animalizá-lo; e, enfim, porque ela daria a si um senhor.”

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. Tradução Plínio Augusto Coelho. p. 25-26. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=2250>. Acesso em: 5 mar. 2010.

Após a leitura, apresente em folha avulsa um parágrafo que resuma a principal mensagem do texto.



VOCÊ APRENDEU?



1. Com base nas explicações do professor, segundo Locke, os pobres são pobres porque:
 - a) preferem uma vida simples; afinal, a pobreza é uma virtude cristã e os pobres são todos privilegiados pelo sofrimento;
 - b) não querem ser escravos de ninguém; por isso não trabalham e não lucram, não conseguindo comprar muita coisa;
 - c) não foram capazes de administrar bem suas propriedades e suas capacidades. Assim, não usam sua liberdade para sair dessa situação e terem uma vida melhor;
 - d) são explorados pelo sistema capitalista desde o nascimento. Assim, sua exploração mantém a ordem vertical da lucratividade, isto é, os ricos, que são minoria, vivem à custa do trabalho da maioria, sem dividir os seus ganhos. A destruição da vida dos trabalhadores confere o conforto aos proprietários dos meios de produção;
 - e) votam mal; se o fizessem corretamente e assumissem suas responsabilidades como indivíduos livres, não teriam governos corruptos que se apossariam de todos os benefícios do Estado.

2. Qual das proposições a seguir poderia resumir o ideal de cidadania anarquista?
- a) Amor ao próximo, porque, em um regime anarquista, somente os ensinamentos cristãos são capazes de assegurar a justiça.
 - b) Liberdade e responsabilidade, porque, afinal, todo indivíduo deve assumir seu papel na sociedade, não podendo alienar sua responsabilidade e não dependendo de uma autoridade que acabaria por lhe tomar a liberdade.
 - c) Defesa da propriedade, porque, se os cidadãos não têm os seus bens protegidos, haverá uma guerra de todos contra todos, tornando impossível a paz.
 - d) Liberdade e desobediência. Um verdadeiro anarquista faz o que quer, seguindo apenas o rumo dos seus desejos. Seu compromisso com as outras pessoas se resume apenas em não se preocupar com a vida alheia.
 - e) Estado e nação, porque sem o Estado não há como ser mediada a partilha dos bens de produção. Sem a nação, não é possível proteger as identidades e a comunhão de um povo diante dos inimigos estrangeiros.
3. Assinale uma alternativa ou mais que responda à questão: Se no anarquismo não há governo estatal, como as comunidades resolveriam seus problemas?
- a) Elegendo indivíduos capazes de resolver determinado problema, conseguindo, assim, atingir seu objetivo. Depois disso, essa relação de autoridade seria encerrada.
 - b) Criando federações, a partir de pequenas comunidades autogovernadas. Cada comunidade seria capaz de ouvir todos, legitimando a sua ação.
 - c) Elegendo um presidente pelo voto direto, o qual poderia usar seu poder para determinar o que seria melhor para o povo.
 - d) Aceitando um soberano e colocando-o acima de qualquer lei. Somente um regime em que alguém estivesse sobre todos poderia resultar em verdadeiro benefício para todos.



SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 4 CAPITALISMO SEGUNDO MARX

Nesta Situação de Aprendizagem vamos estudar a filosofia elaborada por Karl Marx para compreender o ser humano e a sociedade humana. Como reflexão inicial, pense sobre a seguinte questão: *Como o homem se distingue dos animais? Aponte algumas características exclusivas do ser humano.*



Leitura e Análise de Texto

Trabalho e modos de produção

De acordo com Marx e Engels, podem-se distinguir os homens dos animais de diferentes maneiras: por exemplo, pelo fato de terem consciência, religião ou qualquer outra característica que se queira mencionar (a linguagem, a racionalidade etc.). No entanto, eles próprios começam a se distinguir a partir do momento em que passam a produzir os meios necessários à conservação de sua vida¹.

“Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.”²

De fato, diferentemente dos outros animais, que necessitam se adaptar à natureza para sobreviver, o ser humano é capaz de transformá-la e adaptá-la às suas necessidades (de alimentação, de proteção contra predadores e intempéries da natureza, de reprodução da espécie etc.), produzindo, assim, ele próprio, as condições necessárias à sua existência. Para tanto, o homem é capaz de produzir ferramentas e técnicas que ele vai aperfeiçoando ao longo do tempo e que facilitam e tornam mais produtivo o seu trabalho de transformação da natureza e satisfação de suas necessidades. É nesse sentido que, como lembra Marx, Benjamin Franklin definiu o homem como “*a toolmaking animal*”, isto é, “um animal que faz instrumentos de trabalho”.³

As formas como os homens produzem coletivamente os bens necessários à sua sobrevivência variaram ao longo da história da humanidade, dando origem aos diferentes **modos de produção**, tais como: o modo de produção primitivo, o escravista, o asiático, o feudal, o capitalista, o socialista.

Em geral, os modos de produção se constituem de dois elementos fundamentais: as **forças produtivas** e as **relações de produção**.

Por **forças produtivas** entende-se o conjunto dos agentes que impulsionam o processo produtivo. Incluem:

- **os meios de produção:** instrumentos, ferramentas, utensílios, terra, edifícios, instalações, máquinas, matéria-prima etc.;
- **a força de trabalho:** a energia muscular e cerebral com a qual os trabalhadores, valendo-se dos meios de produção, possibilitam que o processo produtivo aconteça.

Quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, maior a produtividade do trabalho.

As **relações de produção** são as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza no processo produtivo. De um modo geral, elas são determinadas **pela forma de propriedade** dos meios de produção. Por exemplo, no modo de produção primitivo a propriedade dos meios de produção era coletiva, o que permitia que todos participassem da produção e do consumo dos bens necessários à comunidade. Nesse tipo de sociedade predominavam relações sociais mais igualitárias, de cooperação e ajuda mútua. Por outro lado, em um modo de produção em que os meios de produção são de **propriedade privada** ou **particular** e no qual os seus proprietários se apropriam do produto do trabalho dos não proprietários, as relações sociais predominantes são de conflito e antagonismo. Tem-se, nesse caso, uma **sociedade de classes**: a dos **proprietários** e a dos **não proprietários** dos meios de produção. Pode-se dizer, portanto, que a origem da sociedade de classes, ou da desigualdade social, está na **propriedade privada dos meios de produção**.

A seguir vamos examinar um pouco mais de perto o modo de produção capitalista, à luz das análises que dele foram feitas por Karl Marx.

¹ MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. p. 4. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233>. Acesso em: 11 jan. 2010.

² Idem, *ibidem*.

³ MARX, Karl. *O capital*. Parte III, cap. 7: Processo de trabalho e processo de produção de mais-valia. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2433>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. O que significa a expressão de Benjamin Franklin: o homem é “*a toolmaking animal*”, isto é, “um animal que faz instrumentos de trabalho”?

2. Em folha avulsa, registre a partir do que foi entendido sobre os conceitos “modo de produção”, “forças produtivas”, “meios de produção”, “força de trabalho” e “relações de produção”.



Leitura e Análise de Texto

O modo de produção capitalista e suas classes fundamentais

Vimos que os modos de produção se constituem por forças produtivas e relações de produção, sendo essas determinadas pela forma de propriedade dos meios de produção.

No caso do modo de produção capitalista, ele se caracteriza pela **propriedade privada dos meios de produção**, da qual decorre a existência de duas classes sociais fundamentais: a **burguesia** ou **classe capitalista** (proprietária), numericamente minoritária, e o proletariado ou **classe trabalhadora**, isto é, a classe dos que, desprovidos dos meios de produção, são obrigados, para garantir sua sobrevivência, a vender sua **força de trabalho** à burguesia em troca de um salário. Poder-se-ia falar, ainda, em uma **classe intermediária**, formada por indivíduos que nem possuem meios de produção, nem trabalham para aqueles que os possuem. Seriam os profissionais liberais de todo tipo (médicos, engenheiros, advogados etc.) e os que atuam no setor de serviços. Contudo, o que determina o caráter do modo de produção capitalista são as duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – mais diretamente envolvidas no processo produtivo.

Uma vez que detém o poder econômico e, conseqüentemente, o poder político, a burguesia se constitui como **classe dominante**, ao passo que o proletariado se configura como **classe dominada**.

O principal objetivo do capitalista como classe social é obter lucro, isto é, uma soma de dinheiro superior à que ele investiu na produção de mercadorias. Isso acontece da seguinte maneira.

Inicialmente, o capitalista emprega certa quantidade de dinheiro (D) para comprar as mercadorias (M) de que precisa para produzir, tais como máquinas, ferramentas, instalações, prédios, energia elétrica, combustível, água, matéria-prima, entre outras. Em suma, ele adquire os **meios de produção**. Além disso, precisa comprar também a **força de trabalho** que vai interagir com as máquinas e com os equipamentos e impulsionar a produção. (Como veremos adiante, no capitalismo a força de trabalho, isto é, o trabalhador, também se converte em mercadoria, e numa mercadoria muito especial.) Ao final do processo, as mercadorias produzidas deverão ser vendidas por um valor superior ao que o capitalista investiu (D'), proporcionando a ele o lucro desejado. A fórmula que expressa esse movimento é: $D \rightarrow M \rightarrow D'$.

O dinheiro usado pelo capitalista para comprar as mercadorias (incluindo a força de trabalho) de que precisa para produzir outras mercadorias cuja venda lhe trará mais dinheiro do que tinha antes (lucro) é denominado **capital**. Portanto, ao contrário do que muitos pensam, não é qualquer dinheiro acumulado que pode ser chamado de capital. O dinheiro que alguém guarda na poupança para comprar um bem de que necessita, por exemplo, não é propriamente capital. Nas palavras de Marx:

“A primeira distinção que notamos entre dinheiro que é apenas dinheiro e dinheiro que é capital está na sua forma de circulação.

A forma mais simples de circulação de mercadorias é $M - D - M$, a transformação da mercadoria em dinheiro e a transformação do dinheiro novamente em mercadoria; ou vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma outra forma especificamente diferente: $D - M - D$, a transformação de dinheiro em mercadoria e a transformação de mercadorias novamente em dinheiro; ou, comprar para vender. Dinheiro que circula nesta

última forma é, por conseguinte, transformado em capital, torna-se capital, e já é potencialmente capital”.¹

¹ MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol.1. p. 164. Traduzido pelos autores deste Caderno. Disponível em inglês em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=3498>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Identifique e defina as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista.

2. Qual é a diferença entre dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital?



LIÇÃO DE CASA



1. Sem a necessidade de registrar, observe os objetos ao seu redor: mesas, cadeiras, cadernos, lápis, canetas, paredes, portas, janelas, lâmpadas etc. Todos eles são fruto do trabalho humano. Você seria capaz de calcular a quantidade de trabalho que há em cada um deles?
2. Considere as seguintes situações hipotéticas:
 - João quer comprar um tênis novo. Para tanto, resolve juntar algum dinheiro. Ao atingir a soma necessária, dirige-se à loja de calçados e adquire o tênis desejado.
 - O proprietário de uma fábrica de calçados lança mão de uma certa quantidade de dinheiro para comprar couro de um curtume para usá-lo em sua produção. Ao vender os calçados fabricados, espera ter lucro e acumular mais dinheiro.

Pergunta: O dinheiro usado por João e pelo proprietário da fábrica de calçados pode ser chamado de capital? Justifique.



Leitura e Análise de Texto

A mais-valia

Vimos que, nas relações sociais capitalistas, o trabalhador (proletário) precisa vender sua força de trabalho que, desse modo, converte-se em mercadoria. Mas a **força de trabalho** tem uma peculiaridade que a torna especial comparativamente às demais mercadorias. Vejamos por quê.

O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade média de trabalho que ela contém, isto é, pela quantidade de trabalho **socialmente necessária** para sua produção. Essa quantidade é medida pelo **tempo de duração** desse trabalho, expresso em horas, dias etc.

Os meios de produção adquiridos pelo capitalista são mercadorias já produzidas pelo trabalho de outrem. Por isso, o trabalho que há nelas é denominado por Marx **trabalho pretérito** ou **trabalho morto** realizado pela máquina a um custo menor e com o mesmo efeito no mercado. Essas mercadorias possuem um valor constante que, uma vez pago, não mais se altera significativamente. Por isso, o capital usado na sua compra denomina-se **capital constante**. Seu custo é repassado gradativamente para os produtos, permitindo que o capitalista recupere o investimento realizado. Essas mercadorias, portanto, não são capazes de criar mais valor do que aquele que possuíam originalmente.

A mercadoria força de trabalho também possui um valor específico, representado pelo **salário**. Esse valor, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Mas o que significa produzir a mercadoria força de trabalho? Significa garantir ao trabalhador as condições necessárias à sua existência, o que implica satisfazer suas necessidades fisiológicas (reprodução, alimentação, vestuário, habitação, saúde, transporte, segurança etc.) e culturais (educação, qualificação, lazer etc.).

Ocorre que a força de trabalho possui uma qualidade que a distingue de todas as outras mercadorias: sendo **trabalho vivo**, ao ser utilizada pelo capitalista ela cria valor, ou seja, ela produz mais valor do que o necessário para sua produção e reprodução. Em outras palavras, ela gera para o capitalista um valor maior do que o do salário que ele lhe paga. Por isso o

capital empregado na sua compra denomina-se capital variável. Como ocorre esse processo de criação de valor?

Digamos que para produzir o equivalente ao valor de seu salário um trabalhador precisasse trabalhar quatro horas diárias. No entanto, é obrigado a trabalhar oito horas. As quatro horas excedentes correspondem ao valor a mais por ele produzido e que não lhe retorna na forma de salário. Esse valor excedente produzido pelo trabalhador é o que se denomina **mais-valia**. Apropriada pelo capitalista, é ela que lhe permite cobrir os custos da produção e, ainda, auferir lucros e acumular capital para continuar investindo e enriquecendo.

Trata-se, no fundo, de uma troca bastante desigual: os trabalhadores recebem um valor X e entregam ao capitalista um valor Y muitas vezes superior a x . Esse processo de extração da mais-valia constitui a essência do modo de produção capitalista, sua lógica interna de funcionamento. Não há capitalismo sem mais-valia. Graças a ela, por mais bem remunerado que seja um trabalhador, seu salário será sempre inferior ao valor total produzido ao longo de sua jornada de trabalho. Eis por que a sociedade capitalista é, por natureza, fundada na exploração do trabalho e geradora de desigualdade. Não foi à toa que Marx comparou o capital aos vampiros:

“Mas o capital tem um único impulso vital, a tendência para criar valor e mais-valor, para fazer sua parte constante, os meios de produção, absorver a maior quantidade de mais-trabalho possível.

O capital é trabalho morto que, como vampiro, vive apenas de sugar trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho suga”.¹

Se a desigualdade é inerente à sociedade capitalista, a sua eliminação definitiva supõe, necessariamente, a abolição desse modo de produção e a construção de novos tipos de relações de produção.

¹ MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. Vol. 1. p. 257. Traduzido pelos autores deste Caderno. Disponível em inglês em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=3498>. Acesso em: 11 jan. 2010.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

Responda em seu caderno:

1. Em que sentido a força de trabalho é uma *mercadoria especial*?
2. Você concorda com a comparação feita por Marx entre o capital e os vampiros? Justifique.

Discussão em grupo

Analise com seu grupo o significado das frases a seguir, posicionando-se em relação a elas.

- a) Todo trabalho dignifica o homem.
- b) Todos os homens são iguais perante a lei.

- c) O salário do trabalhador corresponde à quantidade de horas por ele trabalhadas.
- d) O lucro das empresas se deve à inteligência, à competência e ao espírito empreendedor dos empresários.



Leitura e Análise de Texto

A ideologia

Vimos que o modo de produção capitalista funda-se na exploração do trabalho da maioria pela minoria, mediante o processo de extração da mais-valia. Poder-se-ia, então, perguntar: como essa situação se sustenta? Por que as massas exploradas não se revoltam e não transformam essa realidade?

Em grande parte porque os interesses particulares da classe dominante (mais-valia, lucro, acumulação de capital) são apresentados como universais, isto é, como se fossem interesses de toda a sociedade. Como dizem Marx e Engels:

“Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”.¹

Isso acontece porque a classe que domina a produção econômica em uma determinada sociedade domina também a produção das ideias que circulam nessa sociedade, de modo que as suas ideias se tornam as ideias dominantes. Como dizem Marx e Engels:

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante”.²

Esse processo pelo qual a classe dominante confere um caráter universal aos seus interesses e às suas ideias é o que se denomina ideologia. Os meios de produção espiritual de que falam os autores são os diversos veículos pelos quais a classe dominante produz e difunde as ideias, os valores, as visões de mundo que lhe interessam: os meios de comunicação de massa (TV, rádio, jornais, revistas etc.), a escola, os livros, as religiões, entre outros.

Em suma, o papel da ideologia (na concepção aqui apresentada) é produzir uma visão distorcida da realidade, mostrando como universais os interesses particulares da classe dominante, a fim de legitimar e perpetuar as relações de produção capitalistas.

Algo semelhante ocorre com o Estado. Para Marx e Engels, a ideia de que ele é formado por um conjunto de instituições (governo, forças armadas, sistema jurídico, funcionalismo público etc.) que governam uma nação em prol do bem comum não passa de ilusão, de uma falsa universalidade. Na realidade, porém, o Estado “não é mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e os seus interesses”.³

¹ MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. p. 30. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2233>. Acesso em: 11 jan. 2010.

² Idem, p. 29.

³ Idem, p. 59.

Elaborado especialmente para o *São Paulo faz escola*.

1. Você diria que as frases apresentadas na atividade anterior são ideológicas? Em que sentido? Justifique.

2. Cite outra frase que, a seu ver, pode ser ideológica, justificando sua indicação.



VOCÊ APRENDEU?



1. Descreva o processo pelo qual se dá a obtenção de lucro no capitalismo.

2. De que forma a filosofia marxista colabora para a compreensão do capitalismo?

O que eu aprendi...

Handwriting practice area with 30 horizontal dashed lines.

